

RESUMO EXPANDIDO

INCLUSÃO E TERRITORIALIDADE: O PAPEL DO AEE NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TGD EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

Renata Picoli¹

¹Especialista em Educação Especial e Inclusiva, e-mail: renatapicoli307@gmail.com

Introdução

A educação inclusiva no Brasil avançou significativamente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). No entanto, quando transpomos esses marcos legais para a complexa geografia e diversidade cultural da Região Amazônica, especialmente dentro de comunidades indígenas, surgem desafios que a literatura acadêmica ainda busca compreender em sua totalidade. O Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), categoria que engloba o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições que afetam a comunicação e a interação social, exige um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que não seja apenas técnico, mas sensível à alteridade.

A motivação para esta pesquisa reside na lacuna existente entre a teoria pedagógica urbana e a realidade das escolas de aldeia. O problema central investigado é: como garantir que o AEE contribua para o desenvolvimento de crianças com TGD sem desrespeitar sua identidade cultural e as barreiras impostas pela distância geográfica e falta de infraestrutura? A justificativa para este estudo pauta-se na necessidade de descolonizar as práticas de inclusão, reconhecendo que a "territorialidade" — o vínculo afetivo, social e espiritual com a terra — é um fator determinante para o sucesso da aprendizagem nessas comunidades.

Historicamente, as políticas de educação especial foram desenhadas sob uma lógica eurocêntrica e urbana. Nas aldeias amazônicas, o conceito de "deficiência" ou "atraso no desenvolvimento" pode ser interpretado de formas distintas pela cosmologia indígena, o que exige do professor de AEE uma postura de escuta e diálogo intercultural. A revisão de literatura indica que a inclusão só se torna efetiva quando o currículo e o atendimento dialogam com os saberes da floresta, integrando a sala de recursos ao cotidiano da aldeia.

Diante desse cenário, os objetivos deste trabalho consistem em: analisar como a territorialidade influencia as práticas do AEE em contextos indígenas; identificar as principais adaptações pedagógicas necessárias para o atendimento de crianças com TGD na Amazônia; e discutir a importância da formação docente intercultural para a garantia do direito à educação dessas populações.

Metodologia



A presente investigação adota uma abordagem qualitativa de cunho descritivo, fundamentada em um procedimento de pesquisa bibliográfica. A opção pela metodologia qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve fenômenos sociais e culturais complexos que não podem ser quantificados sem perda de sentido. O caráter descritivo permite detalhar as características das práticas de AEE e as particularidades do contexto amazônico.

O levantamento bibliográfico foi realizado de forma sistemática em portais de alto impacto acadêmico, como o Periódicos CAPES, SciELO e o Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), além de documentos normativos federais e estaduais. Os critérios de inclusão foram: artigos, teses e dissertações publicados entre 2014 e 2024; textos que abordassem especificamente a interseção entre Educação Especial e Educação Escolar Indígena; e estudos de caso situados na Região Norte do Brasil.

Para a organização dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, categorizando os achados em três eixos principais: (a) Desafios logísticos e estruturais da educação na Amazônia; (b) Adaptações curriculares e materiais de tecnologia assistiva de baixo custo com elementos da natureza; e (c) A percepção da comunidade indígena sobre o transtorno no desenvolvimento. Esta estrutura metodológica garantiu o suporte teórico necessário para fundamentar a discussão proposta.

Resultados e Discussão

Os resultados coletados evidenciam que o AEE em comunidades indígenas amazônicas enfrenta barreiras que vão além do pedagógico. O isolamento geográfico dificulta a chegada de equipamentos de Tecnologia Assistiva (TA) e a manutenção de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Contudo, a pesquisa revela uma resistência criativa por parte dos educadores: a utilização de recursos do próprio território — como sementes para atividades de contagem, fibras naturais para texturas sensoriais e a própria narrativa oral dos anciãos para estimular a comunicação em crianças com TGD.

No desenvolvimento de crianças com TGD, a previsibilidade e a estruturação do ambiente são fundamentais. Na Amazônia indígena, essa estruturação ganha contornos próprios. Discutir resultados à luz da literatura de autores como Dorziat (2011) e Mendes (2019) permite entender que a escola indígena é um espaço de trânsito entre culturas. O AEE, portanto, não deve apenas "normalizar" o aluno para que ele se encaixe em padrões ocidentais, mas sim potencializar suas habilidades dentro de sua própria cultura. Por exemplo, uma criança com TGD pode apresentar dificuldades na alfabetização em língua portuguesa, mas demonstrar excelente desempenho em atividades práticas de subsistência e conhecimento da fauna e flora locais, o que deve ser valorizado no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Outro ponto crítico discutido é o papel do professor itinerante ou do tradutor-intérprete de língua indígena. A discussão aponta que a falta de concursos públicos específicos para o AEE em áreas indígenas sobrecarrega o professor regente da aldeia, que muitas vezes não possui formação especializada em TGD. A territorialidade surge aqui como um recurso: o aprendizado ocorre no coletivo. O "desenvolvimento" da criança é visto pela comunidade como sua capacidade de participar dos rituais, das pescarias e das assembleias. Portanto, o AEE deve transbordar as paredes da escola e alcançar os espaços de vivência comunitária.

A análise dos dados também destaca o conceito de "Inclusão Intercultural". Diferente da inclusão tradicional, a interculturalidade pressupõe que o saber acadêmico sobre o autismo e o TGD deve "pedir licença" para entrar na aldeia. Os resultados mostram que quando o professor do AEE trabalha em conjunto com as lideranças indígenas, a aceitação das intervenções pedagógicas é maior, reduzindo o estigma e promovendo um ambiente de acolhimento que favorece o neurodesenvolvimento da criança de forma integrada ao seu povo.

Conclusões

O Atendimento Educacional Especializado é essencial para assegurar a permanência e o sucesso escolar de crianças com TGD em aldeias indígenas. A territorialidade amazônica atua como

um fator determinante que exige a adaptação de métodos e materiais à realidade local. A inclusão efetiva ocorre quando há o diálogo respeitoso entre a ciência pedagógica e os saberes tradicionais. O professor do AEE necessita de formação específica voltada para a diversidade étnico-cultural. A utilização de recursos naturais do território potencializa o desenvolvimento sensorial e cognitivo dos estudantes. O fortalecimento do ensino colaborativo entre a escola e a comunidade é a estratégia mais eficaz para superar barreiras geográficas. As políticas públicas devem considerar as especificidades da Amazônia para garantir o direito à educação especial para todos os povos originários.

Palavras-Chave

Atendimento Educacional Especializado; Educação Escolar Indígena; Amazônia; Transtorno Global do Desenvolvimento; Territorialidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DORZIAT, Ana. **Educação Especial e inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **AEE e a educação escolar indígena: reflexões sobre a prática**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que se faz de exclusão: o caso da educação especial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.